

PORTARIA Nº 7.331/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e
CONSIDERANDO o § 3º do art. 46 da Lei nº 8232, de 15/07/2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2016, combinado com o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 8336, de 29/12/2015, Lei Orçamentária Anual, que estabelece que os créditos suplementares com indicação de recursos compensatórios dos próprios órgãos serão abertos até o limite de 25%, no âmbito dos órgãos que integram os Poderes Legislativo e Judiciário, a Defensoria Pública, o Ministério Público e os demais órgãos constitucionais independentes, por ato de seus dirigentes, observados os prazos legais estabelecidos,
RESOLVE:
Art. 1º - Fica autorizado a suplementação no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para atender a programação do Orçamento vigente do Ministério Público do Estado do Pará, na forma abaixo discriminada:

Art. 2º - Os recursos necessários à viabilização da suplementação mencionada no art.1º da presente Portaria, ocorrerão por conta da anulação parcial das dotações consignadas no orçamento vigente do Ministério Público do Estado do Pará.
Art. 3º - Consideram-se recursos para o atendimento do disposto no artigo anterior da presente Portaria, desde que não comprometidos, o estabelecido no inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal Nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme discriminação a seguir:
Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 18 de novembro de 2016.
MIGUEL RIBEIRO BAÍA
Subprocurador-Geral de Justiça,
para a Área Técnico-Administrativa,
com delegação da Procuradoria-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 7637/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e tendo em vista os termos do Memo nº 101/2016/ASS/JUR/PGJ, datado de 04/11/2016,
R E S O L V E:
DESIGNAR o Promotor de Justiça JOSÉ EDVALDO PEREIRA SALES para funcionar como *longa manus* da Procuradoria-Geral de Justiça nos autos do Processo nº 0008030-90.2016.8.14.0133, conforme preleciona o art. 24 do Código de Processo Penal, e nos termos do art. 28 do meso diploma, oferecer a devida denúncia em desfavor de Leonardo Rocha Santos, pela prática do crime de furto.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 25 de novembro de 2016.
MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 7.664/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e tendo em vista os termos do Ofício nº 410/2016-MP/PGJ-CAOIJ, datado de 10/11/2016,
R E S O L V E:
DESIGNAR a Promotora de Justiça FLÁVIA MIRANDA FERREIRA para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar o Grupo de Trabalho da Infância e Juventude, criado pela Portaria nº 238/2014-MP/PGJ, de 16/1/2014, publicada no D.O.E. de 3/2/2014.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 28 de novembro de 2016.
MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 7877/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e
CONSIDERANDO o § 3º do art. 46 da Lei nº 8232, de 15/07/2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2016, combinado com o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 8336, de 29/12/2015, Lei Orçamentária Anual, que estabelece que os créditos suplementares com indicação de recursos compensatórios dos próprios órgãos serão abertos até o limite de 25%, no âmbito dos órgãos que integram os Poderes Legislativo e Judiciário, a Defensoria Pública, o Ministério Público e os demais órgãos constitucionais independentes, por ato de seus dirigentes, observados os prazos legais estabelecidos,
RESOLVE:
Art. 1º - Fica autorizado a suplementação no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), para atender a programação do Orçamento vigente do Ministério Público do Estado do Pará, na forma abaixo discriminada:

Art. 2º - Os recursos necessários à viabilização da suplementação mencionada no art.1º da presente Portaria, ocorrerão por conta da anulação parcial das dotações consignadas no orçamento vigente do Ministério Público do Estado do Pará.
Art. 3º - Consideram-se recursos para o atendimento do disposto no artigo anterior da presente Portaria, desde que não comprometidos, o estabelecido no inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal Nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme discriminação a seguir:
Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 05 de dezembro de 2016.
MIGUEL RIBEIRO BAIA
Procurador-Geral de Justiça, com delegação

PORTARIA Nº 7880/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e tendo em vista os termos do Memo nº 112/2016/ASS/JUR/PGJ, datado de 01/12/2016,
R E S O L V E:
DESIGNAR o Promotor de Justiça NADILSON PORTILHO GOMES para funcionar como *longa manus* da Procuradoria-Geral de Justiça nos autos do Processo nº 0000786-87.2015.8.14.0055, para, nos termos do art. 81, §2º da Lei nº 8.069/1990, oferecer representação.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 05 de dezembro de 2016.
MIGUEL REIBEIRO BAIA
Procurador-Geral de Justiça, com delegação

PORTARIA Nº 7.881/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e tendo em vista os termos do Memo nº 114/2016/ASS/JUR/PGJ, datado de 2/12/2016,
R E S O L V E:
DESIGNAR o Promotor de Justiça WALCY CEZAR DA SILVA RIBEIRO para funcionar como *longa manus* da Procuradoria-Geral de Justiça nos autos do Processo nº 0014700-19.2016.8.14.0401, conforme preleciona o art. 24 do Código de Processo Penal e, nos termos do art. 28 de mencionado diploma legal, oferecer a devida denúncia em desfavor de Alan Carvalho Braz, pela suposta prática do delito tipificado no art. 157, § 2º, inciso II, do Código Penal Brasileiro.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 1º de dezembro de 2016.
MIGUEL RIBEIRO BAIA
Procurador-Geral de Justiça, com delegação

PORTARIA Nº 8.015/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a extinção de cargos no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, promovida pela Lei n.º 7760/2013, de 11 de dezembro de 2013;
CONSIDERANDO, ainda, os termos do expediente protocolizado sob o n.º n.º 20735/2016, no dia 11 de abril de 2016;
R E S O L V E:
REDISTRIBUIR o cargo de Motorista, pertencente ao Quadro de Pessoal deste Ministério Público, vinculado à Promotoria de Justiça de Marabá, ocupado pelo servidor HÉLIO RODRIGUES LEMOS, para a Promotoria de Justiça de Castanhal.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 09 de dezembro de 2016.
MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 8.022/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e tendo em vista os termos do Memo nº 109/2016/ASS/JUR/PGJ, datado de 29/11/2016,
R E S O L V E:
DESIGNAR o Promotor de Justiça BENEDITO WILSON CORRÊA DE SÁ para funcionar como *longa manus* da Procuradoria-Geral de Justiça nos autos do Processo nº 0029481-53.2015.8.14.0701, para, nos termos do art. 76 da Lei nº 9.099/1995, oferecer proposta de transação penal ao autor do fato e, não sendo aceita ou mostre-se inadequada, que ofereça, então, a pertinente denúncia, nos termos do art. 77 do referido diploma legal.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 12 de dezembro de 2016.
MIGUEL RIBEIRO BAÍA
Subprocurador-Geral de Justiça, para a área Técnico-Administrativa,
com delegação de Procurador-Geral de Justiça
(Portaria nº 4574/2013-MP/PGJ)

PORTARIA Nº 8.024/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e tendo em vista os termos do Memo nº 111/2016/ASS/JUR/PGJ, datado de 30/11/2016,
R E S O L V E:
DESIGNAR o Promotor de Justiça EMÉRIO MENDES COSTA para atuar nos autos do Procedimento Administrativo Preliminar nº 002/2015-MP/4ªPJ/ATM, e tomar as providências que entender cabíveis.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 12 de dezembro de 2016.
MIGUEL RIBEIRO BAÍA
Subprocurador-Geral de Justiça, para a área Técnico-Administrativa,
com delegação de Procurador-Geral de Justiça
(Portaria nº 4574/2013-MP/PGJ)

PORTARIA Nº 8.025 /2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e tendo em vista os termos do Memo nº 113/2016/ASS/JUR/PGJ, datado de 2/12/2016,
R E S O L V E:
DESIGNAR o Promotor de Justiça WALCY CEZAR DA SILVA RIBEIRO para funcionar como *longa manus* da Procuradoria-Geral de Justiça nos autos do Processo nº 0014368-52.2016.8.14.0401, conforme preleciona o art. 24 do Código de Processo Penal e, nos termos do art. 28 de mencionado diploma legal, oferecer a devida denúncia em desfavor de Anderson Pontes Ferreira, pela suposta prática do crime de furto (art 155, do Código Penal Brasileiro).
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 12 de dezembro de 2016.
MIGUEL RIBEIRO BAÍA
Subprocurador-Geral de Justiça, para a área Técnico-Administrativa,
com delegação de Procurador-Geral de Justiça
(Portaria nº 4574/2013-MP/PGJ)

PORTARIA Nº 8.026/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e tendo em vista os termos do Memo nº 116/2016/ASS/JUR/PGJ, datado de 05/12/2016,
R E S O L V E:
TORNAR SEM EFEITO as Portarias nº 6220/2016, 6219/2016 e 6176/2016-MP/PGJ, publicadas no Diário Oficial do Estado nos dias 06/10/2016 e 03/10/2016, que designaram o Promotor de Justiça CEZAR AUGUSTO DOS SANTOS MOTTA para atuar como *longa manus*, conforme preleciona o art. 24 do Código Penal e, nos termos do art. 28 do referido diploma legal..
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 12 de dezembro de 2016.
MIGUEL RIBEIRO BAÍA
Subprocurador-Geral de Justiça, para a área Técnico-Administrativa,
com delegação de Procurador-Geral de Justiça
(Portaria nº 4574/2013-MP/PGJ)

PORTARIA Nº 8.041/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e tendo em vista os termos do Ofício nº 133/2016/MP/CPPADS, datado de 01/11/2016, protocolizado neste Órgão Ministerial sob o nº 52015/2016, em 01/11/2016;
R E S O L V E:
PRORROGAR o prazo de conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 1.089/2016-MP/PGJ, publicada no D.O.E. em 09/09/2016, por 60 (sessenta) dias, nos termos do art. 208, da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 12 de dezembro de 2016.
MIGUEL RIBEIRO BAÍA
Subprocurador-Geral de Justiça, para a área Técnico-Administrativa,
com delegação de Procurador-Geral de Justiça
(Portaria nº 4574/2013-MP/PGJ)

PORTARIA N.º 8.219/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
DESIGNAR o Promotor de Justiça BRUNO BECKEMBAUER SANCHES DAMASCENO para participar da audiência de instrução, no Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no interesse do Processo Administrativo Disciplinar n.º 0004314-66.2016.8.14.0000, e tomar providências que entender cabíveis.